

A História e as Ciências Sociais no Ensino Politécnico

A História de Portugal está praticamente ausente dos cursos de educadores de infância e ensino primário, sendo integrada nas ciências do meio físico e Social, o que significa que podemos ter futuros professores nestes níveis de ensino que da História de Portugal apenas conhecem o que estudaram no ciclo preparatório (se é que chegaram ao fim da 1.ª dinastia)

António Pedro Manique*
José Subtil**

Começamos por saudar a iniciativa do *Diário de Notícias* de promover um debate, cuja necessidade há muito se fazia sentir; a problemática do ensino da História, assunto deveras importante no contexto do sistema educativo português.

Acertando o repto do *Diário de Notícias*, é nossa intenção alargar o debate ao ensino superior politécnico, particularmente às Escolas Superiores de Educação (ESE), dado o papel que elas assumem na formação dos futuros educadores de infância e professores do ensino básico, e das quais o ensino da História como o risco de ser banido. Sendo nosso objectivo discutir os problemas do ensino da história, necessário se torna, no entanto, abordar de forma mais ampla os planos curriculares das ESE, dado que nesses a história aparece, por vezes, incluída (ou diluída, ou confundida) no ramo mais vasto das ciências sociais.

As Escolas Superiores de Educação têm a incumbência de, ao nível da formação inicial, ministrarem três tipos de cursos: o de educadores de infância, o de professores de ensino primário e o de professores do ensino básico nas variantes reguladas pelo actual perfil do ensino preparatório. Os dois primeiros cursos têm a duração de três anos e conferem o grau de bacharel; o último agrega um quarto ano e confere o diploma do curso de professor do ensino básico na variante respectiva, podendo ainda estes diplomados exercer a docência no ensino primário.

Nem todas as ESE estão a funcionar e das que funcionam nem todas o fazem para a formação inicial. Os planos de estudos dos vários cursos, recentemente publicados no *Diário da República* (1), foram elaborados por cada ESE com a obrigação de cumprí-los, somente, um lecto percentual no peso a atribuir às áreas científicas específicas e às ciências da educação. Esta liberalização não pressupõe qualquer obediência a uma matriz nacional, por mínima que fosse, o que, na prática, produziu um leque variadíssimo de currículos e, consequentemente, uma autêntica anarquia na apreciação do modelo e competências do professor a formar. Encontramos disciplinas tão diversas e cargas horárias tão diferentes que é quase impossível delinear uma coerência de comportamentos, mesmo a um nível tão linear como o da mera interpretação dos programas, problema que, certamente, se agravaria com a análise dos objectivos, conteúdos e métodos de avaliação de cada curso.

dos e métodos de avaliação de cada curso.

O argumento invocado para este estado de coisas é o da prerrogativa da regionalização que partiu do princípio que cada ESE formaria professores recrutados no seu meio para exercerem, posteriormente, a profissão na área de intervenção da respectiva ESE. Sendo assim, os futuros professores seriam formados para responderem a um catálogo específico de necessidades regionais. A realidade, porém, é bem outra e existem já ESE que possuem no seu quadro discentes alunos de outros pontos do País, marcando as vicissitudes dos concursos de admissão. Mais tarde, quando tiverem lugar os concursos de colocação, assistiremos ao paradoxo de um professor formado, teoricamente, para exercer a profissão no Minho vir a fazê-lo no Alentejo ou o de Trás-os-Montes no Algarve. Se já hoje o aluno está deslocado do seu meio, futuramente, como professor, encontrará-se à outra zona, ao lado de colegas cuja formação académica é radicalmente diferente. Se a regionalização é, na verdade, um ponto importante, ela não pode deixar de se articular com a matriz nacional, num país tão pequeno como o nosso onde a mobilidade do professor é uma exigência face à actual rede escolar.

O objectivo deste artigo não é, contudo, o estudo da natureza desta diversidade em todas as suas vertentes mas, apenas, o levantamento de problemas que dizem respeito ao ensino da História e das Ciências Sociais e, mesmo assim, circunsritos aos planos de estudos publicados, sem analisarmos os seus conteúdos. Seria curioso neste aspecto, por exemplo, verificarmos o peso que têm os temas de História Contemporânea, conhecida que é a deficiência que nesta área apresentam todos os alunos vindos do ensino secundário.

O que pretendemos é, fundamentalmente, alertar para esta disparidade paradoxal abrindo, necessariamente, um debate em torno destas questões. Debate tanto mais importante quanto o ensino politécnico pretende primar pela modernidade no interior de um sistema educativo que todos reconhecem estar recheado de equívocos. Na nossa análise abrangemos 10 ESE e os três níveis de cursos, relativamente às disciplinas e cargas horárias, no âmbito da história e ciências sociais. É, por conseguinte, ainda uma análise incipiente, mas que vale, sobretudo, pela intenção de um debate que urge levar a cabo em todas as suas implicações.

Cursos de educadores

O Quadro 1 mostra-nos um tratamento muito distinto do ensino da história e/ou ciências sociais con-



Formar professores não é, apenas, proporcionar-lhes o domínio das técnicas de transmissão do saber, mas dar-lhes o saber também. E, quanto a este, a História de Portugal não pode ser ignorada

cebido pelas várias ESE para o curso de educadores de infância. Apenas uma ESE (a de Santarém) tem História de Portugal e outras duas (Castelo Branco e Guarda) História e Geografia de Portugal. As restantes sete integram esta disciplina (se é que integram) no conjunto vastíssimo das ciências sociais que são designadas, curiosamente, por múltiplos denominações. A título de exemplo vejamos a curiosíssima e sofisticada designação de Ciências Físico-Naturais e Sociais adoptada pela ESE de Faro, tão curiosa, aliás, como é o seu ensino num único semestre. Que aprenderão os alunos nesta disciplina e neste espaço de tempo, haverá alguém que explique?

Este conjunto das ciências sociais, já em si complexo, é, por sua vez, diluído com o das ciências da natureza. Dir-se-á que tal arranjo formula uma proposta de interdisciplinaridade, mas é óbvio que, na prática, se torna quase impossível de concretizar, pois se já é difícil gerir uma área das ciências sociais, como fazê-lo conjuntamente com o o das ciências da natureza? Aliás, mesmo em relação ao ramo das Ciências Sociais colocam-se a questão de saber que ciências são, e como vão, ser abordadas nas ESE que as contemplam, de forma genérica, nos planos curriculares. Vai-se falar, simultaneamente, de história, de geografia, de antropologia, de economia, de sociologia, etc.? Ou vai privilegiar-se alguma (ou algumas) destas ciências? Haverá aí

qualquer professor tipo enciclopédia que se afirma capaz de ensinar tudo isto de forma satisfatória? Ou será que ainda se ignora a complexidade do saber neste campo das ciências?

Não deixa de ser significativo que este seja um dos raríssimos casos em que se invoca, à partida, a pluridisciplinaridade, o que deba margens para dúvidas no que concerne à sinceridade desta proposta. Da esmagadora maioria das ESE que privilegiam esta opção a ESE de Leiria é, incontestavelmente, a que lhe dedica mais atenção, quer pelo volume da carga horária, quer por a contemplar nos três anos do curso. Em contrapartida, são as ESE de Faro e de Bragança que mais a desvalorizam, tanto na carga horária como na distribuição pelo anos. Pode dizer-se que as ESE de Viana do Castelo e de Vila Real se encontram no meio termo, não se entendendo muito bem o que a ESE de Viseu quer significar com o «estudo do meio».

O caso do Porto é de difícil compreensão mas parece-nos pender para o grupo das ESE menos interessadas em acentuar a importância das ciências sociais.

Em relação ao ensino primário (ver Quadro 2) surgem algumas alterações interessantes. A História de Portugal, passa agora, a ser valorizada pela ESE de Viseu, mantendo-se o comportamento das de Castelo Branco e Guarda. Santarém, Castelo Branco e Guarda passam a incluir as metodologias específicas que não surgiam nos cursos de educadores de in-

fância. A ESE de Faro é a que mais distingue os dois cursos no respeitante a esta área, já que para o de educadores de infância lhe reserva, apenas, um semestre de quatro horas semanais e para o de ensino primário três semestres, respectivamente de 8,5 e 5 horas semanais, isto é, uma valorização da ordem dos 4,5. Mas continua, porém, a ser a ESE de Leiria a que mais privilegia este bloco, com quase o dobro da carga horária da de Faro, tendo só à sua custa uma carga horária equivalente às de Bragança, Castelo Branco, Guarda, Santarém e Viseu.

Ensino básico

Das dez ESE que apresentam planos de estudos para os cursos de educadores de infância e ensino primário, três delas ainda não o fizeram (que sabemos) para o ensino básico (Santarém, Bragança e Vila Real).

As ESE de Leiria (nas variantes A, E e G), de Faro (A, B, C) e do Porto (B, C, D, F) possuem Ciências do Meio Físico e Social nos três primeiros anos do curso, mas fazem-no com cargas horárias diferentes, a ponto de a primeira ter quase o dobro da segunda. A ESE de Viseu (A, B, C) tem, em substituição das Ciências do Meio Físico e Social, apenas História de Portugal, leccionada num único ano, e a ESE de Castelo Branco (A, C, G) tem História e Geografia de Portugal, tal como a ESE da Guarda (D, G) que, por sua vez, a distingue da introdução às Ciências Sociais.

Apenas três ESE (Castelo Branco, Viseu e Faro) têm a variante de Português e Ciências Sociais-História. Não existe entre elas o mínimo critério de coerência e uniformidade. A ESE de Viseu atribui à parte científica o maior peso: um ano para o estudo da História de Portugal, outro para a História Universal e Estudos Sociais, dedicando à metodologia especial um semestre. A ESE de Castelo Branco não contempla a História Universal mas, somente, História de Portugal (um ano) e, em contrapartida, possui Teoria da História e Introdução às Ciências Sociais (um ano) com, ainda, três semestres reservados à metodologia do ensino dos estudos sociais. A ESE de Faro inclui História de Portugal (um ano), Meio Físico e Social (três semestres), História Política e Cultural (um ano) e Cultura Portuguesa (um semestre).

e, em vez das metodologias do ensino opta pela disciplina de Prática Pedagógica, numa modalidade *ad hoc*.

Podemos, pois, concluir que as três ESE têm História de Portugal durante um ano, uma História Universal, outra História Política e Cultural e, outra ainda, prefere Teoria da História e Introdução às Ciências Sociais.

Conclusões

A primeira questão que se coloca é de carácter geral, ou seja, por que razão em todos os outros níveis de Ensino (Primário, Preparatório, Secundário e Universitário) existe uma total uniformidade de programas a nível nacional e no politécnico, pelo contrário, uma ampla diversidade, sem qualquer tronco comum válido para todo o País. Como é possível, portanto, passar-se de uma situação para outra radicalmente diferente? Não negamos as vantagens de incluir nos programas matérias que contemplem os aspectos regionais, mas é imprescindível, pensamos, a existência de um tronco comum que forneça a todos os professores de um tão pequeno país uma formação básica semelhante e quadros de referência uniformes e válidos para todo o território nacional.

A segunda questão diz respeito ao caso particular da História de Portugal que está, praticamente, ausente dos cursos de Educadores de Infância e Ensino Primário, sendo integrada nas Ciências do Meio Físico e Social, o que significa que podemos ter futuros professores nestes níveis de ensino que da História de Portugal apenas conhecem o que estudaram no ciclo preparatório, se é que chegaram, ao menos, ao fim da primeira dinastia. Não podem, obviamente, estar aptos a compreender as realidades do tempo presente; nem possuirão sensibilidade para um dos eixos mais fortes da consciência nacional.

(Continua na pág. VII)

* Escola Superior de Educação de Santarém
** Escola Superior de Educação de Viana do Castelo

Política educativa

SECTOR DE RECORTES DE IMPRENSA

ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO

Número

04467/82

2/2

QUADRO 1 - Cursos de Educadores da Infância

(Distribuição das horas semanais na área de Ciências Sociais/História)

Disciplina	Bragança	Castelo Branco	Faro	Guarda				Leiria				Porto				Bantarém				Viana do Castelo				Vila Real				Viana			
				1	2	1	2	1	2	1	2	1	2	1	2	1	2	1	2	1	2	1	2	1	2	1	2	1	2	1	2
História de Portugal																															
História e Geografia de Portugal																															
Ciências do Meio Físico e Social																															
Ensino/Aprendizagem das Ciências do Meio Físico e Social																															
Meio Físico e Social																															
Ciências Físico-Matemáticas e Sociais																															
Introdução às Ciências Sociais																															
Estudo do Meio																															
Tempestade de Meio Físico e Social																															

Nota: Nos QUADROS 1 e 2 os números indicam a carga horária semanal. Os números não indicam a disciplina que a disciplina é anual ou distribuída por dois semestres. Quando não se distribui por vários anos, estes aparecem referenciados. Nos casos em que a disciplina é dada apenas a um semestre os números surgem encerrados por um O. O caso particular de ESE do Porto não permitiu a redução à carga horária semanal, uma vez que esta ESE apresenta sempre a total anual de horas.

QUADRO 2 - Cursos de professores do Ensino Primário

(Distribuição das horas)

semanais na área de Ciências Sociais/História

Disciplina	Bragança	Castelo Branco	Faro	Guarda				Leiria				Bantarém				Vila Real				Viseu			
	1	2	3	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4
História de Portugal																							
História e Geografia de Portugal																							
Ciências do Meio Físico e Social																							
Meio Físico e Social																							
Introdução às Ciências Sociais																							
Metodologia do Ensino do Meio Físico e Soc.																							
Metodologia do Ensino das Ciências Sociais																							
Bidactiva do Meio Físico e Social																							

(Continuado da pág. VI)

na que passa, em primeiro lugar, pela História do nosso país e pela língua materna. Afirmamo-lo, evidentemente, numa perspectiva da preservação da identidade nacional, tanto mais oportuna quanto nos acabamos de integrar no vasto

espaço político-económico europeu.

Poderemos interrogar-nos sobre o papel que a História desempenhará não só relativamente às necessidades que o futuro professor terá de enfrentar na sua actividade profissional mas, igualmente, como elemento interveniente no proces-

so social e cultural. Se tem de estimular na criança o estudo e o conhecimento das realidades locais, só o poderá fazer correctamente com base numa sensibilidade oriunda do conhecimento histórico. Se tem de ser um agente da preservação do património histórico-cultural, o conhecimento da História

é imprescindível. E se é, acima de tudo, um educador, precisa de compreender profundamente o mundo em que vive para estar apto a dar respostas correctas às questões colocadas pelos alunos e pela relação escola/meio. Em suma, como cidadão consciente e agente de ensino com elevadas responsabilidades na formação dos homens de amanhã, o professor não pode dispensar a História, pois ela não é apenas conhecimento, é também uma tomada de consciência, por parte do homem, do processo de evolução que o arrasta, ao mesmo tempo que uma introdução do próprio homem no interior dessa processo. Sob este ponto de vista, a História é, eminentemente, cultura e o seu ensino é, antes de mais, essencialmente formativo, logo, indispensável.

No que respeita à área das Ciências do Meio Físico e Social, onde se integra a História, a sua abordagem é arbitrária e aleatória. Cada ESE faz-o de maneira que entende mais conveniente, sem qualquer padrão mínimo de exigências. Há uma disparidade abismal entre a ESE que lhe atribui maior importância e a que mais a desvaloriza. Ninguém será capaz, supomos, de explicar esta situação sob um ponto de vista científico e pedagógico. Julgamos que a explicação passa, sobretudo, pelos produtores dos respectivos programas, ou seja, pela natureza do corpo docente de cada ESE. Acontece que à data da

futura dos planos de curso a composição dos corpos docentes era, em cada ESE, bastante diferente, pelo que é possível que tenha ocorrido uma transferência de sensibilidade pessoal para os planos curriculares. A ter sido assim, tal significa que os critérios adoptados não foram os da exigência científica e/ou educativa, mas os que resultaram dos condicionamentos da estrutura dos corpos docentes.

Nestas circunstâncias, parecemos urgente dinamizar o conselho coordenador das ESE, ou qualquer outra estrutura organizativa global, bem como fomentar a troca de opiniões e experiências entre os docentes das diversas áreas disciplinares, para que se ponderem os critérios até agora utilizados, corrigindo os disparates que se verificam. Mas, de imediato, as ESE deveriam admitir a possibilidade de integrarem suplementos curriculares capazes de colmatar as deficiências de conhecimento dos alunos, visto que estes podem provir de quaisquer áreas do ensino secundário e do 12.º ano. Poderemos, neste caso, ler alguns matriculados nos cursos de educadores de infância e/ou ensino secundário sem conhecerem a história do seu país, ou terem, muito simplesmente, ficado no caminho marítimo para a Índia. Paralelamente, julgamos ser oportuna a abertura de um amplo debate nacional que permita discutir os perfis destes professores e, necessariamente, o modelo.

dos cursos, não só nas percentagens a atribuir às áreas científicas específicas e às ciências da educação, mas também no que concerne aos seus conteúdos obrigatórios mínimos.

A não se verificar, rapidamente, uma reflexão sobre esta situação, o ensino político-pedagógico poderá, dentro em breve, produzir assimetrias que serão prejudiciais, tanto ao ensino em geral como à cultura portuguesa e aos futuros professores que venha a formar. É urgente que nos empenhemos para desacelerar a degradação do sistema educativo e, neste caso particular, do ensino da História.

Na realidade, nem o ecletismo científico pode andar de braço dado com a especialização em ciências da educação, nem o conhecimento destas e a prática pedagógica podem deixar-se submergir pelo saber científico. Formar professores não é, apenas, proporcionar-lhes o domínio das técnicas de transmissão do saber, mas dar-lhes o saber também. E, quanto a este, parece-nos que a História de Portugal não pode ser ignorada no espectro curricular das Escolas Superiores de Educação.

O tempo e o modo de concretização deste desiderato é tema para reflexão e debate. Que se inicie, urgentemente.

Notas

(*) - Diário da República, 1.ª Série, n.º 214, 216, 220, 221, 223, 224, 226, 228 e 229, do ano de 1982.

QUADRO 3 - Distribuição das variantes do Ensino Básico pelas ESE's

Variante	Escolas	Total	Código *
Português/Francês	Viana, C. Branco, Viseu, Faro, Leiria	5	A
Português/Inglês	Viana, Viseu, Faro, Porto	4	B
Matemática/C. Natureza	Viana, C. Branco, Faro, Porto, Viseu	5	C
Educação Musical	Viana, Guarda, Porto	3	D
Educação Visual	Viana, Leiria	2	E
Trabalhos Manuais	Viana, Porto	2	F
Educação Física	Guarda, C. Branco, Leiria	3	G
Português / Estudos Sociais/História	C. Branco, Viseu, Faro	3	H

* Código de conversão das variantes para uso no texto

Pd Area education